

DIREITO EMPRESARIAL

Estratégia OAB

SIMULADO COM CORREÇÃO EM VÍDEO

DIREITO EMPRESARIAL

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

Em 2017, iniciou-se a construção do empreendimento denominado “Riviera Business Flat”, localizado na região do Porto Maravilha, na cidade do Rio de Janeiro – RJ. O objetivo inicial da empresa Riviera Business Flat Empreendimentos Ltda. era edificar um condomínio edilício moderno, comercializar as unidades autônomas a terceiros e, posteriormente, constituir sociedade em conta de participação com os adquirentes para exploração da atividade hoteleira.

A estrutura societária foi definida da seguinte forma: a) a Riviera Business Flat Empreendimentos Ltda. figuraria como sócia ostensiva, responsável pela administração do negócio e pelas obrigações assumidas perante terceiros, participando dos lucros da sociedade; e b) os adquirentes das unidades autônomas atuariam como sócios participantes, permitindo a utilização dos imóveis para o empreendimento, sem exercer funções de gestão ou assumir responsabilidade perante terceiros, mas participando dos resultados econômicos.

Concluída a obra e vendidas todas as unidades, no início de 2020, teve início a operação do “Riviera Business Flat”. Poucos dias antes da inauguração, a empresa adquiriu grande quantidade de mobiliário da empresa Araucária Móveis Corporativos S/A, destinado à ambientação dos apartamentos. Os móveis foram entregues regularmente, conforme contratado. Contudo, a Riviera Business Flat Empreendimentos Ltda. não efetuou o pagamento devido.

Após diversas tentativas frustradas de cobrança, a Araucária Móveis Corporativos S/A constatou que não receberia o valor ajustado. Nesse contexto, verificou que Leonardo Monte Azul, empresário de destaque, era proprietário de três unidades autônomas no empreendimento e, contra ele, emitiu duplicata no valor de R$60.000,00, correspondente aos móveis destinados a esses apartamentos. Leonardo recusou-se a pagar o título, que acabou sendo levado a protesto, mas que ainda não foi lavrado.

Preocupado com os efeitos do protesto, já que necessita manter seu nome sem restrições no mercado, Leonardo procura um advogado para adoção da medida judicial cabível com urgência, tendo em vista não ter como esperar o tempo “normal” de um processo.

Considerando que não existem varas especializadas para a matéria na localidade, elabore a peça adequada. (5,00)

Obs.: a peça deve abranger todos os fundamentos de Direito que possam ser utilizados para dar respaldo à pretensão. A simples menção ou transcrição do dispositivo legal não confere pontuação.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	

32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	
61	
62	

63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	
91	
92	
93	

94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	
121	
122	
123	
124	

125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

QUESTÃO 01

O contrato social da sociedade Mercado Verde Alimentos Ltda. é omisso quanto aos limites dos atos de gestão praticáveis por seus administradores. Durante o exercício da administração, Rodrigo, agindo com culpa e com auxílio de Sérgio, praticou atos com excesso de poderes, sem ciência do terceiro prejudicado, Paula.

Com base na legislação aplicável, responda fundamentadamente:

a)Como se dará a responsabilidade de Rodrigo e Sérgio? (0,65)

b)Nesse caso, seria cabível a aplicação da teoria da desconsideração da personalidade jurídica? (0,60)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 02

Alberto, motorista da empresa Horizonte Transportes Urbanos Ltda., ao realizar manobra de marcha à ré, atropelou Marcos, seu colega de trabalho, que acabara de chegar no emprego, havia batido o ponto e trafegava de bicicleta no pátio dos ônibus. O acidente resultou em incapacidade permanente para o trabalho. Marcos ajuizou ação indenizatória, sendo a empresa condenada ao pagamento de pensão mensal vitalícia equivalente a dois salários mínimos, nos termos do art. 950 do Código Civil.

Após período de inadimplência, a empresa teve sua falência decretada, deixando Marcos sem receber os valores devidos.

Responda:

a) Como deve ser classificado o crédito de Marcos? Há limite de valor para recebimento deste crédito? (0,65)

b) Os honorários advocatícios possuem natureza equiparada a crédito trabalhista? (0,60)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 03

Renato figurava como sacado de uma letra de câmbio no valor de R$ 3.000,00, com vencimento em 10/08/2025. Ao receber o título para aceite, declarou que apenas aceitaria pagar R$ 1.500,00, anotando tal condição no anverso da letra, que foi posteriormente protestada.

Responda:

a) Qual a espécie de aceite dado por Renato e qual o efeito jurídico da recusa? (0,65)

b) O pagamento da letra depende do aceite do sacado? (0,60)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 04

Marcos abriu uma pequena empresa de fotografia de eventos e, para atender seus clientes, precisava de um veículo utilitário. Como não possuía capital disponível, procurou sua advogada, que sugeriu a celebração de um contrato de arrendamento mercantil. Assim, em 15/03/2021, Marcos firmou contrato de leasing com a empresa Alfa Leasing S/A para arrendamento de um automóvel 0 km, com prazo de 4 anos. Pelo ajuste, pagaria mensalmente as contraprestações e utilizaria o veículo durante esse período.

Quando ainda restavam 12 parcelas para a quitação, Marcos recebeu uma herança e decidiu antecipar o pagamento de todas as prestações restantes.

Diante da situação narrada e considerando a legislação aplicável, responda:

a) Quais são as opções que o arrendatário possui ao término do contrato de arrendamento mercantil? (0,60)

b) Qual a ação cabível em favor do credor caso haja inadimplemento das parcelas durante o contrato de leasing? (0,65)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	